DOI: 10.30612/mones.v14i27.18890

UFGD BIBLIOTECA Coordenadoria de Bibliotecas

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

A relação entre capitalismo racial e o Atlântico: o papel do Nordeste no sistema internacional moderno

Erica Paula Vasconcelos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
Rio de Janeiro, RJ, Brasil
E-mail: erica.vasconcelosubis@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1261-2912

Ramon Blanco
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, PR, Brasil
E-mail: ramon.blanco@unila.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0330-6235

Resumo: O presente artigo objetiva problematizar o papel do Nordeste no sistema internacional moderno, tendo como pano de fundo a relação entre o capitalismo racial e o Atlântico na expansão da comercialização de negros e do açúcar. Para isso, emprega-se a chave conceitual do capitalismo racial para analisar essa economia agroexportadora como um sistema econômico operacionalizado pela Europa na região do Nordeste brasileiro, especificamente em Pernambuco e Salvador. Nesse sentido, o argumento é de que o papel do Nordeste no sistema internacional moderno foi de centro comercial para sustentação econômica dos países Inglaterra, França e Portugal. De modo a desenvolver o seu argumento, o

artigo está estruturado em duas seções. A primeira seção aborda a dimensão racial no debate sobre o capitalismo racial e sua relação com o Atlântico na expansão da lógica moderna. A segunda seção aponta o papel do negro enquanto tecnologia industrial, para a produção do açúcar em Pernambuco e Salvador e sua importação e exportação. As problematizações presentes neste artigo contribuem para o debate sobre a centralidade do Nordeste brasileiro na política internacional, entendendo que a política internacional é estruturada pelo Ocidente, sendo necessário dialogar nessas dimensões para novas epistêmicas não hierarquizantes.

Palavras-chave: Capitalismo racial; Sistema internacional moderno; Nordeste; Atlântico

The relationship between racial capitalism and the Atlantic: the role of the Brazilian Northeast in the Modern International System

Abstract: This article aims to problematize the role of the Brazilian Northeast in the modern international system, against the backdrop of the relationship between racial capitalism and the Atlantic in the expansion of the commercialization of blacks and sugar. To this end, the conceptual framework of racial capitalism is used to analyze this agro-export economy as an economic system operated by Europe in the Brazilian Northeast region, specifically in Pernambuco and Salvador. In this sense, the argument is that the role of the Northeast in the modern international system was that of a commercial center for the economic support of the countries of England, France, and Portugal. In order to develop its argument, the article is structured in two sections. The first section addresses the racial dimension in the debate on racial capitalism and its relationship with the Atlantic in the expansion of modern logic. The second section points out the role of blacks as an industrial technology for the production of sugar in Pernambuco and Salvador, and its import and export. The problematizations present in this article contribute to the debate on the centrality of the Brazilian Northeast in international politics, understanding that international politics is structured by the West, making it necessary to dialogue in these dimensions for new non-hierarchical epistemics.

Keywords: Racial capitalism. Modern international system. North East. Atlantic.

La relación entre el capitalismo racial y el Atlántico: el papel del Noreste Brasileño en el Sistema Internacional Moderno

Resumen: Este artículo pretende problematizar el papel del Nordeste en el sistema internacional moderno, teniendo como telón de fondo la relación entre el capitalismo racial y el Atlántico en la expansión de la comercialización de los negros y el azúcar. Para ello, se utiliza la clave conceptual del capitalismo racial para analizar esta economía agroexportadora como sistema económico operado por Europa en la

región nordeste de Brasil, específicamente en Pernambuco y Salvador. En este sentido, el argumento es que el papel del noreste en el sistema internacional moderno fue el de centro comercial para el apoyo económico de los países de Inglaterra, Francia y Portugal. Para desarrollar su argumento, el artículo se estructura en dos secciones. La primera sección aborda la dimensión racial en el debate sobre el capitalismo racial y su relación con el Atlántico en la expansión de la lógica moderna. La segunda sección destaca el papel del pueblo negro como tecnología industrial para la producción de azúcar en Pernambuco y Salvador y su importación y exportación. Las problematizaciones presentes en este artículo contribuyen al debate sobre la centralidad del nordeste brasileño en la política internacional, entendiendo que la política internacional es estructurada por Occidente, siendo necesario dialogar en estas dimensiones para nuevas epistemologías no jerárquicas.

Palabras clave: Capitalismo racial. Sistema internacional moderno. Noreste. Atlántico.

Recebido em: 20/08/2024
Aceito em: 19/04/2025

INTRODUÇÃO

A proporção da materialização racial, no sistema internacional moderno, desencadeou elementos tecnológicos para o desenvolvimento econômico mediante a exploração de matérias-primas e a captura de humanos. Desde as tecnologias no mar, com as grandes estruturas de madeiras que flutuavam nas águas do Atlântico, quanto na terra, com as indústrias compostas de moedores, impressores e fornos que transformavam a cana-de-açúcar bruta em grãos embranquecidos como cristais - conhecidos como ouro branco - tanto para que o comércio transatlântico de escravizados, quanto as indústrias açucareiras do nordeste funcionassem, foram necessários os corpos negros e o sistema do capitalismo racial. As tecnologias, manufaturas, artilharias dependiam desses corpos que eram como as *commodities*[1] que enriqueciam a Europa. Nesse sentido, o presente artigo objetiva evidenciar o papel do Nordeste no sistema internacional moderno, tendo como pano de fundo a comercialização da mercadoria humana (negros) na produção e comercialização internacional do açúcar.

Para isso, entende-se que o sistema do capitalismo racial, junto com o racismo, foram elementos fundamentais para a expansão da economia escravocrata operacionalizada pela Europa, em Pernambuco e Salvador-BA. Nosso argumento é que os corpos negros foram a base do sistema capitalista racial que tornou o Nordeste brasileiro um dos maiores portos marítimos, fornecendo riquezas para Inglaterra, França e Portugal. De modo a desenvolver o seu argumento, o artigo está estruturado em duas seções. Na primeira seção, é delineado o debate teórico sobre o capitalismo racial enquanto sistema econômico e sobre o oceano Atlântico enquanto vetor de construção da modernidade. Na segunda seção, é evidenciado o corpo negro, enquanto manufatura das indústrias açucareiras em Pernambuco e Salvador, sendo a base de expansão do capitalismo racial. As problematizações presentes neste artigo contribuem para o debate de que é necessário romper com o *mainstream* na disciplina de Relações Internacionais (RI), entendendo que a política internacional é estruturada pelo Ocidente, demonstrando a necessidade de entender a dimensão da raça nos processos políticos e na conjuntura social.

1 A ideia de relacionar os corpos negros escravizados como commodities surgiu durante a apresentação do artigo intitulado "As fazendas de reprodução humana: a raça enquanto tecnologia do agronegócio no sistema internacional" no 48º Anual da ANPOCS. Sendo está uma forma de reivindicar contra todas as formas de flagelo que os corpos negros enfrentaram. Foram produtos primários para extração de minerais e agrícolas e depois tinham que comercializá-los. Além disso, os corpos negros foram modelados violentamente para obedecerem e servir, foram vendidos, obedeciam a um padrão imposto pelos colonos, eram capturados em excesso e eram negociados por cotações de oferta e demanda.

O CAPITALISMO RACIAL ENQUANTO SISTEMA ECONÔMICO E O ATLÂNTICO ENQUANTO VETOR DA CONSTRUÇÃO DO MUNDO MODERNO

O debate teórico sobre a dimensão racial e a operacionalização do racismo enquanto elementos indissociáveis do capitalismo, que foi sistema econômico das dinâmicas mercantis através do oceano Atlântico para expansão da modernidade, é o ponto central de discussão desta seção. O debate sobre raça tem sido marginalizado por alguns acadêmicos marxistas que defendem o capitalismo apenas pela disputa de classes possuindo características do que Gramsci menciona por 'intelectuais tradicionais'[2]. Este cenário mostra como o campo científico é manipulado pelas doutrinas filosóficas, sociais e econômicas baseadas na ideia do progresso entendido como avanço, desenvolvimento e inovação. Mas que na verdade constroem ideais dentro de caixinhas imaginárias fortalecendo o sistema da *coleira contrária*[3], como problematiza Ki-zerbo (2009).

Intelectuais tradicionais estes que permanecem alienados aos ideais ocidentais iluministas, que se baseiam nos binarismos de civilizados e bárbaros, humanos e não humanos, centro e periferia, condomínio e favela. Porém, cada vez mais essa coleira é rompida com as novas narrativas que ampliam saberes para fora desta caixa. Por isso, falar sobre o capitalismo racial significa desencaixotar estas ideias para entender as problemáticas sobre a modernidade. O debate publicado na revista norte-americana *Dissent* sobre o capitalismo racial, em particular no artigo intitulado *A Note on Racial Capitalism*[4] (2020), do professor cientista político e marxista Michael Walzer, destaca que "o capitalismo e o racismo às vezes se sobrepõem. Como acontece hoje nos Estados Unidos, mas essa sobreposição é circunstancial, não necessária" (Walzer, 2020, p. 1). Ressalta também ser um grande equívoco colocar a palavra 'raça' junto da palavra capitalismo, pois, para ele, a raça é um adjetivo qualificativo comum que classifica o substantivo 'capitalismo'.

2 Na perspectiva gramsciana, os intelectuais tradicionais estão presos no entendimento de que o funcionamento da sociedade está nos mecanismos de dominação encobertos pela ideologia dominante e os enfrentamentos das classes, na disputa pelo poder. Por isso, esses intelectuais estão estagnados no mundo agrário, pertencentes ao clero, funcionários, militares e acadêmicos que mantiveram os camponeses alienados a um *status quo* vazio e sem sentido (Semeraro, 2006, p. 375; Gramsci, 1975, p. 1.066).

3 Este termo é mencionado pelo escritor africano Ki-Zerbo referindo a continuação da dominação europeia no Continente Africano que aprisiona os africanos os mantendo presos à servidão e exploração não só do corpo mas também da mente.

4 Este artigo possui sua versão traduzida na Revista Rosa por Marcelo Coelho intitulado "Uma nota sobre o capitalismo racial" (2020).

CC BY NC SA

Walzer continuou destacando que o conceito de capitalismo racial não pode ser usado como lupa de análise dos fenômenos presentes em todo o contexto global (Walzer, 2020), e em seguida solicitou a proibição de utilização do termo e sua exclusão em textos acadêmicos. Ressaltou que a prova do capitalismo racial ser uma teoria imaginária, é que ela não evidencia a presença hierárquica dos trabalhadores não-brancos e coloca a raça como conjunto do capitalismo ou do trabalho (Walzer, 2020). Isso impossibilita o uso dessa teoria como lupa de análise para todos os contextos, como por exemplo, o capitalismo presente no contexto social dos comunistas chineses (Walzer, 2020).

Outro exemplo abordado por Walzer, foi a versão predatória do capitalismo presente na Rússia de Putin. Pois, mesmo que os muçulmanos estejam entre os trabalhadores mais explorados na Rússia, teríamos que classificar essa situação como um capitalismo religioso, já que neste caso são os cristãos ortodoxos, e não os brancos, que se enquadram no grupo de privilegiados (Walzer, 2020). Assim, ele finaliza afirmando que só o capitalismo, sem nenhum adjetivo, é suficiente para analisar todos os contextos, pois mesmo o racismo sendo derrotado, ainda existirá o capitalismo (Walzer, 2020).

Em respostas e contrapondo Michael Walzer, Olúfémi Táíwò e Liam Kofi Bright, ressaltaram que a teoria do capitalismo racial, a priori, não com esse nome, foi pensada sob um conjunto de posições intelectuais voltadas para a estrutura social global que se desenvolveu ao longo do século XX (Táíwò & Bright, 2020). Além disso, Táíwò rebate o argumento de Walzer de que mesmo que não houvesse a escravidão dos negros na América do Norte, ainda teríamos o capitalismo através da exploração dos trabalhadores irlandeses. Ponderando que isso seria impossível já que a escravidão negra mobilizou mais de doze milhões de africanos, o que equivale a toda a população da Irlanda que era na época inferior a dois milhões de habitantes (Táíwò & Bright, 2020).

É importante destacar, também, que uma das obras que fazem parte da posição intelectual é a já clássica *Capitalismo e Escravidão* (2012) de Eric Williams, na qual ele aponta o comércio transatlântico de escravizados como principal vetor do racismo e também do capitalismo. Por isso, ambos promoveram o desenvolvimento, tanto do racismo quanto da economia global. Ele descreve o capitalismo como sendo o fornecedor do estoque de capital necessário à Revolução Industrial através das produções do açúcar, tabaco e algodão em grandes plantações e utilizando hordas de trabalhadores baratos (Williams, 2012).

É notório que esse formato mostra a ligação, inseparável, entre escravidão e capitalismo e não apenas resíduos históricos ou formação pré-capitalismo, mas sim, uma forma de tecnologia colonial que se tornou mundial (Vasconcelos, 2024). Isso faz do oceano Atlântico o espaço geopolítico do sistema internacional, que facilitou o fluxo das viagens dos navios negreiros e o abastecimento da Europa com os produtos exatos para a produção de capital (Vasconcelos, 2024).

Em suas obras *Class, Caste, and Race* (1948) e *The Foundations of Capitalism* (1960), Oliver Cox, um dos principais precursores da teoria do capitalismo racial, delineou a raça como elemento principal nas estruturas sociais, encontrada nas disputas de classes no subcontinente indiano com foi na Europa pré-capitalista. Por isso ele afirma que o "antagonismo racial" é o elemento base do sistema capitalista, sendo este antagonismo traço fundamental para o funcionamento do capitalismo indiano (Cox, 1948, 1960).

Dessa forma, o autor afirma que o objetivo da teorização do capitalismo racial é de reivindicar análises da amplitude que as organizações coloniais foram constitutivas da vida social. Nelas a raça foi a base do capitalismo no trabalho e na produção (Táíwò; Bright, 2020). Por isso, não se trata de mudar a concepção do capitalismo nem substituí-lo por outra corrente de pensamento apagando as obras de Marx. Devemos entender que a teoria do capitalismo racial reivindica o papel da raça na formação econômica do sistema internacional e também no desenvolvimento da estrutura social global.

Partidos destes pressupostos, Cedric Robinson defende o termo capitalismo racial na obra *Black Marxism,* onde relê as obras de Marx e critica a análise dele sobre o capitalismo, afirmando que ele ignora tanto o papel dos movimentos de resistência à progressão do capital fora da Europa, quanto despreza o racismo presente no sistema feudal com práticas que racionalizavam os despossuídos e os discriminavam por origem (Robinson, 2000; Lavinas, 2020). Para a abolicionista afro-americana Ruth Gilmore, o racismo, dentro deste contexto, funcionou como "produção e exploração sancionada pelo Estado ou extralegal da vulnerabilidade diferenciada do grupo à morte prematura" (Gilmore, 2007, p. 55).

Ou seja, o racismo é um sistema, que interfere diretamente nos regimes dos Estados, sendo parte das crises políticas e econômicas e assim acaba tendo papel funcional na produção do próprio capitalismo. Por isso, Robinson (2000) afirma que o racismo e o capitalismo são elementos inseparáveis que se expandiram juntos de forma conectada tendo seu início em solo europeu. Onde surgiram as primeiras práticas de hierarquia racial que ganham potencialidade dentro do sistema de colonização, tornando o racismo uma prática comum na estrutura econômica mercantil (Robinson, 2000).

Consequentemente, através dessa conjuntura, nasce esse novo sistema mundo[5], sendo o capitalismo racial, dentro do sistema da escravidão, gerida na violência, expropriação, imperialismo e no genocídio que preside o desenvolvimento das relações capitalistas de produção

5 Esse termo foi desenvolvido por Immanuel Wallerstein que na sua obra analisa a formação do sistema-mundo através de três níveis, que são: hierárquico-centro, periferia e semiperiferia, para explicar sua teoria denominada 'Teoria do Sistema Mundo (TSM)'. Para ele, o trabalho foi criado pela estrutura capitalista sendo ambos a base do sistema internacional, nele os países periféricos fornecem a mão de obra que fabricam bens de baixo valor, enquanto os países centrais ocupam a produção de alto valor criando assim uma relação de dependência (Wallerstein, 2012).

na periferia estando ancorado desde sempre no racismo. Sobre este último ponto, Achille Mbembe (2018) complementa, definindo a escravidão como a ideologia que toma forma através da racionalidade do biopoder. E enfatiza que "a ideologia define a história como uma luta econômica de classes, sendo assim, a sombra presente sobre a política do Ocidente, quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los" (Mbembe, 2018, p. 128). Ou seja, ela está em conjunto com a soberania, fomentando o estado de exceção, para aqueles que são objetificados a partir de determinados estereótipos genéricos.

Este estado de exceção tem conexão com o nazismo, que nos campos de extermínio e aprisionamento na Alemanha entre 1933 - 1945 as pessoas eram classificadas de acordo com a raça, sendo enquadradas nos grupos de africanos, índios, asiáticos ou qualquer outro considerado não branco (Mbembe, 2018). O estado de exceção era defendido pelo pela violência soberana e destrutiva, que representava o último sinal do poder absoluto na estrutura político-jurídica. Ou seja, durante sua vigência há uma suspensão temporal do estado de direito, para adquirir um arranjo espacial permanente, que se mantém continuamente fora do estado normal da Lei (Mbembe, 2018).

Nesse contexto, a política é lida enquanto aparelho de morte e a soberania é lida enquanto predomínio do direito soberano de matar, ou *droit de glaive* (direito de espada) (Mbembe, 2018, p. 132). Já o "biopoder é uma reprodução do estado de exceção e do estado de sítio, o que significa dizer que a forma de racializar está relacionada com a política de morte" (Mbembe, 2018, p. 132). O conceito de biopoder foi criado por Michel Foucault ([1997] 2015), para desenhar como a extrapolação biológica era usada para caracterizar um tipo de inimigo político, principalmente nas organizações das guerras e que colocavam seus próprios cidadãos expostos à guerra (Foucault, 2015).

Ou seja, estes apontes evidenciam a existência da simbiose formada pela raça com o racismo, a escravidão e o capitalismo racial, já que o estado de exceção necessita da ideia de inferioridade biológica para caracterizar determinado grupos e assim domina-los e o biopoder sendo a reprodução do mesmo, para firmar a ideia de inimigo do povo, nação, estado etc. Ambos não foram extintos com a velha ordem escravocrata, pelo contrário, a fizeram evoluir e a partir dela produziu-se o sistema mundial moderno (Vasconcelos, 2024).

Sendo que neste cenário, o capitalismo racial, que era o sistema econômico da escravidão, passa a ser também o sistema das novas formas de exploração do corpo negro na atualidade, dando, assim, continuidade às políticas de violência, imperialismo e genocídio (Vasconcelos, 2024). Por isso, Robinson critica as visões que colocam o capitalismo como algo fora do contexto racial, focando apenas na acumulação de produtos e aumentos quantitativos (Robinson, 2018). O que nos faz entender que a estrutura da acumulação está ligada entre capitalismo racial e o Atlântico, pois, o comércio de corpos negros para o 'Novo Mundo' foi fundamental

para desenvolvimento da economia na modernidade, além de subsidiar a exploração ibérica no Atlântico e no Índico (Robinson, 2018).

Segundo os autores Alex Callinicos e Justin Rosenberg no artigo intitulado *The Atlantic as a vector of uneven and combined development* (2009), dentro da sociologia histórica internacional, as analogias extraídas da sociedade, que é considerada entidade endógena, podem ser usadas para explicar fenômenos intersociais (Apud Shilliam, 2009). Nessa sociedade a relação entre o conflito de classes e a geopolítica, focando na história europeia, é representada pela escravidão atlântica e a racialização da identidade dos sujeitos escravizados do Novo Mundo mostram um tipo de sociabilidade internacional na construção do sistema internacional moderno (Shilliam, 2009).

Ou seja, problematizar o sistema de Estados - que faz parte do internacional moderno - sendo a representação da relação (imperialista) entre a geopolítica e a política de classe (capitalista) nos direciona ao mesmo 'beco sem saída'. Porque, apesar de serem conceitos fundamentais para abordagens sociológicas históricas das RI, são compostos pelos discursos europeus clássicos sobre economia política, sociedade civil e direito internacional (Shilliam, 2009), os quais postulam a civilização como a condição para "o desenvolvimento moderno bem-sucedido, essa civilização refere-se a uma constelação cultural específica – a civilização europeia – que foi definida em oposição aos bárbaros e selvagens internos e especialmente externos" (Jahn, 2000, p. 40; Inayatullah; Blaney, 2004).

A ideia de desenvolvimento da modernidade e a perspectiva de missão religiosa de levar a civilização para outros povos, tanto tornou o Atlântico um vetor de tecnologias - como as bússolas, mapas e os navios - que possibilitaram a expansão dessas tecnologias, quanto possibilitou a ascensão da escravatura do Novo Mundo enquanto sistema econômico internacional. Sendo caracterizado por Alfred Mahan como "caminhos desgastados", que da grande estrada do Atlântico foram abertos por navios negreiros ligando as costas da Europa, África e todas as três Américas (Norte, Central/ Caraíbas e Sul)" (Shilliam, 2009, p. 76).

E foi assim que o ocidente manteve sua presença, também mediante o imaginário, como dono da economia em expansão da comunidade atlântica. Isso explica, por exemplo, que a dominação europeia foi outorgada enquanto comunidade atlântica, sendo distinguida pela raça. Por isso, o autor menciona que "os discursos de líderes políticos e figuras importantes de instituições internacionais como o de Stanley Hoffman, [definiam] os habitantes da comunidade atlântica como predominantemente brancos" (Shilliam, 2009, p. 76). Como também o discurso de Francis Wilcox, representante norte-americano, quando aludiu à OTAN como clube de homens brancos, representa a dominação europeia através da ideia de superioridade racial.

Isso acaba se inscrevendo na explicação de que o desenvolvimento mundial moderno não começa com a ascensão do capitalismo, da nação, das classes na Inglaterra, ou na Euro-

pa, mas sim, com o comércio atlântico de escravizados, que deve ser o ponto de partida. Por isso, essa dominação atlântica com o gerenciamento do comércio de escravizados se insere diretamente nas histórias das costas atlânticas. Ou seja, é importante ressaltar que na década de 1820, 90% daqueles que fizeram a travessia oceânica eram africanos, por isso, esse gerenciamento representa a construção da geopolítica (Shilliam, 2009).

Geopolítica, neste caso, representa as ações para movimentação, organização e administração do mercado colonial no Atlântico. O artigo publicado pelo sueco Rudolf Kjellén em 1994, utiliza o termo '*geopolitik*' como um organismo vivo, que depende de dois elementos principais, o povo e o território (Rosa, 2021), dando forma às vertentes jurídica, econômica e social. Já no livro *The Geopolitics Reader,* Ó Tuathail (2003) destaca que os momentos essenciais que norteiam o conceito da geopolítica são o imperialismo e a Nova Ordem Mundial (Ó Tuathail, 2003).

Analisando a geopolítica no momento da expansão do imperialismo, ela representou uma prática de domínio justificado pela necessidade da busca pelo espaço vital, ou seja, a última instância da sobrevivência dos povos. Seu crescimento econômico era parte dessa necessidade de sobrevivência, sendo regulado pelas Leis impostas pelos Estados, principalmente por defenderem a necessidade deste crescimento através das teorias políticas, o que tornou o imperialismo uma empresa exclusivamente estatal (Ó Tuathail, 2003).

Neste caso, "o expansionismo da geopolítica imperialista fomenta a relação do imperialismo com o fenômeno das guerras", (Salgado, 2018, p. 18). Dessa forma, a geopolítica imperialista só foi possível devido ao capitalismo racial sendo presente na conjuntura de conflitos políticos. Por exemplo, a Guerra da sucessão espanhola (1702-1714), que instigou a contenção dos piratas que saqueavam os navios negreiros e a influência na criação da entidade militar chamada de "Marinha de Guerra Francesa[6] (atual *La Royale*)[7], para ser frente na proteção das mercadorias marítimas (escravizados e alimentos)" (Vasconcelos, 2024, p. 61).

A estrutura escravista e a descoberta das Américas se tornam elementos que potencializaram mais o capitalismo racial, principalmente pela economia gerada pelas expropriações das terras mantidas por nações nativas (K-Sue, 2021). Isso desencadeou inovações que possibilitaram a criação de agências de segurança marítima para proteção dos portos de desembarque

6 Esse dispositivo nacional surgiu com a criação da base francesa de Leixões em 1997, para utilizar a força contra os concorrentes do comércio escravista da França e de Portugal, que nesse período tinham uma aliança econômica. Essa base foi solicitada a pedido urgente ao Governo Português para ficar permanentemente nesse porto, objetivando a utilização destes navios para a luta antissubmarino liderada pelo capitão do Porto de Leixões contra os britânicos (Salgado, 2018).

7 É o ramo naval das Forças Armadas Francesas com uma das mais tecnológicas frotas navais de combate de navios-patrulha com porta-aviões de propulsão nuclear, além de dez submarinos com lançadores de mísseis balísticos intercontinentais (Salgado, 2018).

dos escravizados, como o 'Porto da América Portuguesa[8]'. A estrutura tecnológica e militarização foram também colocadas na Costa litorânea no Brasil e eram controladas por Portugal, Espanha e França, que detinham o poder do monopólio das mercadorias que desembarcavam, nas cidades atualmente conhecidas por Salvador e Rio de Janeiro (França & Hue, 2014). A partir dessa estrutura entendemos que o capitalismo racial agente formador da própria inovação financeira, que se espalha rapidamente pelas colônias com prática cotidiana nas transações envolvendo corpos racializados pelos europeus (K-Sue, 2021).

Dessa forma, a expansão do capitalismo racial, através do Atlântico, a operacionalização da racialização como fator de hierarquização e exclusão serviram para a evolução dos elementos cruciais do mercado de terras que foi central para o crescimento econômico (K-Sue, 2021). Esse sistema econômico, na América, tinha como distinção também o fator racial entre os europeus e os não europeus, a economia passou a depender da venda de terras, das barganhas de recursos naturais e dos negros enquanto moeda de troca e prestação de serviços. Dentro dessa estrutura econômica, o grande fluxo de venda de negros escravizados, transformou o mercado colonial no grande comércio triangular no atlântico negro em direção ao nordeste baiano. Desenvolvendo as indústrias canavieiras e o açúcar, o produto internacional, mais valioso do que o ouro, como será tratado na seção seguinte.

O CORPO NEGRO ENQUANTO TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CAPITALISMO RACIAL NA ECONOMIA AÇUCAREIRA DE PERNAMBUCO PARA BAHIA (SALVADOR)

Entender como e porque corpos negros foram manufatura das indústrias açucareiras, em Pernambuco e Salvador, para sustentação da economia na Inglaterra, França e Portugal, dentro do sistema capitalista racial, e assim posicionou o Nordeste do Brasil no centro do sistema internacional moderno, é o debate desta seção. Porém, falar sobre o corpo humano e performances, pode até parecer área de estudo das ciências biológicas ou das artes cênicas, e nos direciona ao questionamento da relevância de falar do corpo nas Relações Internacionais.

8 Era a costa litorânea do Rio de Janeiro, sendo um dos pontos mais importantes para o comércio colonial, principalmente a carga de escravizados que saia de Lisboa, uma frota carregada de mercadorias que, após deixar a carga no porto da cidade e depois voltava para a Europa com quantidade do metal, extraído "das minas de São Paulo vendidos no Rio de Janeiro (França & Hue, 2014).

Dentro deste debate, podemos nos questionar sobre o papel do corpo na política internacional e quais os corpos estão na posição de dominação e quem são os corpos dominados. Isso nos leva a pensar sobre a dinâmica da economia internacional, suas hierarquias que perpassam imaginários de superioridades raciais mediados por determinadas violências. Por exemplo, nas políticas proibicionistas contra a migração, ou, nas invasões atuais na África para extração de minérios: esses contextos não são compostos por corpos?

De fato, estes contextos são indissociáveis do imperialismo e do empreendimento colonial; ambos foram expandidos através da exploração, exportação e importação de corpos negros, justificadas pela necessidade de serem colonizados pela diferença na pigmentação da epiderme ou por não estarem inseridos na ideia de civilizados definida pela Europa. Para além disso, estes corpos negros foram moeda de troca, objeto de manufatura e tecnologia, ou seja, corpos de *commodities* para a produção do açúcar, que se iniciou em Pernambuco e se concentrou na Bahia, formando assim uma grande estrutura econômica no sistema internacional.

Na obra *Bodies and embodiment in IR*, a autora Lauren Wilcox (2019) aborda a influência butleriana para explicar sobre corpos e suas corporeidades nas RI, centralizando essas questões dentro da violência política. Pois, assim como Judith Butler (1993), acredita que "a materialidade do corpo é crucial para os efeitos das práticas sociais sendo produtivo que se materializa em normas reguladoras" (Butler, 1993, p.13, tradução livre). Assim, as diferentes práticas de violência se materializam nos corpos nas Relações Internacionais, pois, estes foram produtivos para a formação das relações entre atores e estados nas RI, construindo as distinções, tanto entre os corpos físicos, quanto entre posições sociais (Wilcox, 2019).

A questão do "corporal racial", na política global contemporânea, exerce o papel de objeto físico e de aparato epistemológico. Enquanto os outros corpos, brancos, são colocados como formadores de mecanismos políticos integrais com capacitação para coordenar a escravização e o colonialismo contra os outros corpos (Wilcox, 2019). Sobre este contexto a autora Hortense Spillers, na obra *Mama's Baby, Papa's Maybe* (1987), ilustra o comércio de escravizados como sistema que produziu, além de corpos como mercadorias, também como objetos que sustentaram o sistema financeiro moderno de formas que subvertem as categorias de gênero do pensamento político ocidental.

Essa subversão de categorias é como uma corporificação que acontece na esteira do comércio de escravizados no Atlântico, a carne cativa no sistema capitalista racial (Spillers, 1987), referindo-se à produção de corpos negros como mercadorias e objeto comercial, por essa objetificação ser também uma forma de desumanização, esses corpos base do capitalismo racial, principalmente porque no sistema da escravatura representavam bens móveis. Essa estrutura também mostra as várias formas pelas quais o colonialismo opera, porque desenvolvem as práticas políticas e sociais na construção do poder através da violência em dinâmicas construtivistas do sistema-mundo moderno capitalista de exploração (Gonzalez; Hasenbalg, 1982).

Nesse sistema-mundo os corpos (brancos) dominavam e controlavam a política internacional, expandiam a economia escravocrata e a colonização, enquanto os outros corpos estavam na posição de, além de objeto/bem móveis, de dominação usados para fortalecer a dinâmica da economia internacional. Por isso, os corpos negros foram a tecnologia industrial usada tanto para expandir o comércio de escravizados quanto o comércio do açúcar no nordeste. É interessante destacar os pressupostos abordados na obra *Guns, sails and empires: technological innovation and the early phases of European expansion 1400-1700* de Carlos Cipolla (1965), sobre os avanços tecnológicos distintivos que fizeram a Europa conquistar o mundo, sendo um deles o poder bélico construído com o ganho obtido através da venda de manufaturados para a confecção dos navios negreiros.

Estes armamentos eram fabricados pelos ingleses, se expandindo através do comércio entre a Europa e os muçulmanos, expandindo para Espanha e Ásia em 1364, sem seguida para os indianos em 1368, depois pelos otomanos em Kosovo e mais tarde na guerra entre turcos e alemães, dando vitória aos turcos, o que fez com que a procura por canhões aumentasse muito no século XVI e no XV (Cipolla, 1965). Nesse período, se formou a aliança econômica entre Inglaterra e Alemanha que vendia estes elementos para Portugal e Espanha, o que tornou Portugal o maior centro de comercialização e distribuição de artilharias e navios mercantes (Cipolla, 1965).

Este cenário potencializou o poder da arquitetura naval, aumentando a construção de navios, sendo fortemente presente no Norte do Mediterrâneo funcionando a todo vapor com suas indústrias. Além do astrolábio[9] persa para fazer a bússola magnética usada pelos europeus nas navegações (Cipolla, 1965, p. 56), as cartas náuticas (cartografias marítimas), e navegações astronômicas foram desenvolvidas neste mesmo período, com a contribuição dos muçulmanos e dos chineses (Cipolla, 1965).

Isso resultou em navios com suporte para carregar pesados canhões. Por isso na obra *The Slave Ship: A Human History,* Rediker (2008) destaca que os europeus utilizaram estas tecnologias para navegar, explorar e dominar o alto-mar, visando comerciar, lutar, apoderar-se de novas terras, saquear e construir impérios e assim estabeleceram uma nova ordem capitalista (Rediker, 2008). Apesar deste autor não colocar o corpo negro como tecnologia para a produção das artilharias, dentro destes contextos, para cada desenvolvimento tecnológico o corpo negro foi usado enquanto principal elemento para distribuição, confecção e venda. Como mostram os dados na plataforma do *Slave Voyages* que catalogou cerca de 36 mil viagens dos

9 Antigo equipamento astronômico, criado para medir a distância das estrelas a partir do horizonte e guiar navegadores ao mar. Foi muito utilizado no mundo árabe desde a Alta Idade Média, e disseminado pela Europa a partir do século X tendo suas origens no século II (Corrêa, 2023).

navios negreiros, no recorte temporal de três séculos, totalizando 188 portos de partida com cargas de cativos, só no continente africano, apenas 20 destes pontos correspondem a 93% do total do tráfico no Atlântico (SlaveVoyages, 2023).

Entre estes portos está a Ilha de Goreia, situada na Baía de Dacar, a capital do Senegal, que atualmente é usado como um tipo de museu aberto que já foi visitado pelos presidentes Barack Obama, dos Estados Unidos, e Nelson Mandela. Em 2005 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou o porto falando a célebre frase "A dor da escravidão é como a dor de um cálculo renal; não adianta contar, só sentindo" (Gomes, 2019, p. 20), na mesma ocasião pediu perdão ao continente africano.

Estes corpos negros eram postos na linha de frente nas guerras em terra e no mar, foram usados para carregar os produtos manufaturados, sendo obrigados a fornecer mão de obra na construção dos navios e, por último e mais conhecido, estes corpos estavam nos porões dos navios negreiros em viagem para serem novamente objeto de exploração e moeda de troca em terras estranhas. Vale ressaltar, que neste último quesito, fazemos menção ao surgimento do comércio triangular, formado pela Inglaterra, França e a África, depois passando a incluir Portugal e a América Colonial, ambos abasteciam os navios com as exportações, sendo que a África continuava contribuindo com a mercadoria humana, plantações e as matérias-primas coloniais (Williams, 2021).

De fato, através da utilização dos corpos negros como máquinas de manufaturas britânicas, se desenvolveram outros elementos dentro dessa estrutura econômica, como as plantações de açúcar, algodão, índigo, melaço e outros produtos tropicais, além do preparo, processamento e venda destes produtos com a criação de novas indústrias na Inglaterra. Estes corpos foram essenciais, portanto, ao desenvolvimento do mercado com a indústria britânica, que envolvia a agricultura para alimentar os povos da chamada Nova Inglaterra e a pesca na Terra Nova (Williams, 2021). Por isso, Adam Smith (2017) afirma que "a descoberta da América e a rota do Cabo para a Índia foram os dois maiores e mais importantes acontecimentos registrados na história da humanidade" (Smith, 2017, p.32).

Isso, consequentemente, elevou o sistema mercantil a um grau de esplendor e glória que de outra forma nunca poderia ter alcançado, deu origem a um enorme aumento no comércio mundial e da produção com seu principal produto, o açúcar (Smith, 2017; Williams, 2021). Dessa forma, o autor entende que mais valioso do que os metais preciosos eram os negros escravizados. Estes, capturados nos territórios da República do Benin, nos dois Congos e em Angola, partiam em direção à América colonial, desembarcando nas costas marítimas de Pernambuco e da Bahia, dando lucro de cem por cento para os colonos (Gomes, 2019).

Podemos afirmar, a priori, que foi dessa forma que a região do nordeste baiano entrou no sistema internacional moderno, assim como a África, como regiões para agrupar e expan-

dir o comércio colonial. Outro ponto se refere ao motivo da entrada dessa região, que para o autor começou por meio de duas grandes ações envolvendo conhecimento científico e tecnologias na dentro da história das navegações no Atlântico (Gomes, 2019).

Pernambuco foi o primeiro estado brasileiro em que os colonos chegaram e começaram a produção e a comercialização do açúcar (Gomes, 2019). Por isso, iniciaremos falando sobre o comércio do açúcar nesse estado. O autor Flávio Guerra (1984), na obra *História de Pernambuco*, explica que a região foi escolhida pois era considerada uma região de terra imensa e de populações bravias e hostis, mas com fertilidade do solo para a nova agricultura da cana-de-açúcar (Guerra, 1984). Respondia, portanto, à necessidade de Portugal se desenvolver enquanto potência para dominar o comércio colonial e passar à frente da Espanha (Guerra, 1984) era considerada uma região de terra imensa e de populações bravias e hostis, mas com fertilidade do solo para a nova agricultura da cana-de-açúcar (Guerra, 1984).

Esse interesse no cultivo da cana-de-açúcar resultou no domínio de terras pernambucanas através do documento chamado de 'Carta Régia de doação' que indicava os limites, localização e os atributos da autoridade soberana, esclarecendo os direitos e deveres do beneficiário e as especificações da posse (Guerra, 1984, p. 19). Apesar dos colonos estarem em posse da carta régia, nestas terras já existia uma organização dos povos originários, que eram as comunidades dos Potiguaras, Tabajaras e os Caetés, que viviam e cultivavam a região que se estendia desde o rio chamado Capibaribe-mirim até Santo agostinho (Guerra, 1984).

No livro *A economia colonial brasileira: (século XVI-XIX)* dos autores Fragoso, Florentino e a autora Faria (1998), é relatado que, neste mesmo período, os portugueses utilizaram a força contra as comunidades indígenas para desenvolver a cultura da cana-de-açúcar no formato da agricultura de exportação. Através desta, objetivavam tanto melhorar a adequação da colônia aos interesses de Portugal, quanto gerar mais recursos para a manutenção do Antigo Regime (Fragoso, Florentino, Faria, 1998).

Na coletânea *A civilização do açúcar,* Fátima Quintas (2007) aborda os aspectos da inserção da economia agrícola da cana-de-açúcar como um elemento cultural e patrimonial da civilização europeia instalada no nordeste. O desenvolvimento de um tipo de organização industrial para a produção do açúcar, tornando os engenhos em grandes produtores internacionais, fez de Pernambuco, em curto tempo, o estado da civilização açucareira, em curto tempo. Ou seja, Pernambuco assume o papel de empresa no mercado de desenvolvimento do empreendimento colonial no sistema internacional, que inclusive, custeava os pagamentos de impostos à Alfândega de Lisboa para o transporte do açúcar proveniente do próprio estado (Quintas, 2007).

Por isso, o açúcar era chamado de 'o ouro branco' que representou uma das melhores e mais caras iguarias da Europa, sendo muito cobiçada pelos reis, que investiram nessa em-

preitada para aumentar os seus impérios (Quintas, 2007). Para além disso, houve as extensões territoriais ocupadas pelas *plantations* (lavoura da cana), pertencentes aos ingleses, sendo o primeiro empreendimento capitalista em atividade agrícola. Assim, os europeus controlavam os meios de transportes tanto fluviais quanto os marítimos - os fluviais até a costa e os marítimos até o ponto de destino, por isso, os rios da região tiveram muita importância na vida da bagaceira (guias que facilitavam a localização dos engenhos para os colonos) (Quintas, 2007).

Por isso, através do *plantation*, os ingleses começaram a implantação das estradas de ferro no estado, tendo por objetivo possibilitar a interiorização dos engenhos, mediante novo meio de transporte (Quintas, 2007). Também, "condicionaram o desenvolvimento do *bangüê*[10], sendo que, ambas as proporções se interligam aos princípios para aumentar e expandir as propriedades dos senhores de engenho" (Quintas, 2007, p. 43). Dessa forma, estes elementos juntos deram grandes proporções do açúcar da capitania de Pernambuco no circuito internacional, proporcionando também um crescimento estrondoso dos engenhos, entre 1570 e 1608, com mais de 77 engenhos controlados por colonos da Inglaterra (Londres), Portugal (Lisboa) e Holanda (Quintas, 2007).

A Holanda foi o país que mais lucrou com a produção do açúcar, tendo a maior quantidade de engenhos nas terras nordestinas, produções de especiarias como o melaço e as frutas cristalizadas, ambos bem comercializados e consumidos em toda a Holanda, de Amsterdã, a capital, até Haia, Roterdão e Utrecht (Quintas, 2007). No estado da Bahia, essa estrutura da economia colonial, inicialmente se concentra na capital de Salvador, e depois vai se expandindo para outras regiões nas proximidades da capital, como foi o caso do Recôncavo Baiano[11].

Essa economia já tinha uma organização administrativa, o que facilitou a cidade em ser o grande porto de importação e exportação, com a maior concentração das mercadorias - o açúcar e a humana (negros). No porto de Salvador, se formou uma vasta comunidade comercial entre franceses, espanhóis, ingleses, norte-americanos e portugueses. Já os grandes plantios da cana-de-açúcar e as indústrias artesanais para a produção do açúcar se concentraram no Recôncavo Baiano (Florentino, 1997).

Como mencionado por Charles Boxer "os homens brancos voltaram outra vez ainda. Trouxeram-nos negros, cana-de-açúcar, tabaco, enxadas, café e pragas. Desde então, os brancos nada nos trouxeram senão guerras e miséria" (Boxer, 1969, p. 110). Dessa forma, Salvador

10 Tipo de operação militarizada organizada pelos colonos contra os povos originários e usavam essa expressão para demonstrar a proximidade com a mata e o distanciamento dos índios (Quintas, 2007, p. 43)

11 Região localizada em torno da Baía de Todos-os-Santos (Salvador) é destaque na história pela intensa participação de seus habitantes nas lutas pela independência da Bahia contra o domínio português (Bahia, 2015, p. 21). Acabou se tornando patrimônio cultural, principalmente pela participação da região em prol do país na luta pela Independência da Bahia (Bahia, 2015, p. 21).

se tornou o principal porto internacional do comércio de mercadoria humana (corpos negros) e de cana-de-açúcar. As obras *Sweetness and Power* de Sidney Mintz (1922), Manuel Andrade (2007) *A civilização Açucareira* de Manuel Andrade (2007) e a *A dark history of Sugar* de Neil Buttery (2022), trazem não só a historiografia do açúcar no mundo e também como ocorreu seu comércio na cidade e no recôncavo.

Por um lado, Mintz e Buttery analisam a economia do açúcar, a nível global, como formadora de uma certa política açucareira, que desencadeou instituições em forma de empresas artesanais (Mintz, 1992; Buttery, 2022). Estas possuíam equipamentos para a transformação da matéria-prima e a implementação de grandes áreas de plantios de cana, do nordeste brasileiro para o mundo. E por isso, o açúcar é considerado o principal elemento que teve grandes investimentos de capitais, em geral, dos países da Europa, gerando cada vez mais aglomerações urbanas para o desenvolvimento dos canaviais (Mintz, 1992; Buttery, 2022). Por outro lado, Andrade explica como essa economia açucareira criou uma grande 'civilização do açúcar' na cidade de Salvador, civilização no sentido de formação estrutural da cidade entre fator econômico e social, tendo como modelo a Europa (Andrade, 2007, p. 60).

Essa ideia de civilização, implementada pelos colonos, que se auto intitulavam monarcas, comerciantes, senhores de engenho, etc., seria para "controlar a política (a polis) com seus núcleos familiares (oikos) e assim se formou a burguesia, na cidade, que assumiu o poder e a economia" (Andrade, 2007, p. 60). Entre estes estavam os pequenos proprietários que movimentavam o fluxo econômico através da produção da rapadura e da cachaça, nos engenhos chamados de rapadureiros, possuíam seus manufaturados movidos pela tração animal de bovinos (Andrade, 2007). Já os empresários dos engenhos do litoral evoluíram com mais rapidez, pois, eram dominados principalmente pela Inglaterra que fornecia manufaturados movidos a vapor, depois, se tornaram usinas de açúcar com grande porte (Andrade, 2007; Gomes, 2019).

Gilberto Freyre (1982) na obra *Rurbanização, que é?* destaca que a civilização açucareira era "predominantemente rural – já se fazia notar uma complementação urbana, com o porto de mar, importantíssimo para a exportação do açúcar e para a importação de valores europeus e africanos" (Freyre, 1982, p. 12). Ou seja, essa civilização açucareira, além de executar o domínio da cidade pela burguesia européia e sua inserção involuntária no sistema internacional moderno, criou fatores estruturais que geraram a separação entre o urbano e o rural, ou seja, a ideia de desenvolvimento e avanço nas capitais enquanto retrocesso e atraso nas zonas rurais.

Dessa forma, consideramos que o desenvolvimento da manufatura do açúcar nos engenhos criou complexos como a casa-grande (local estabelecido para vigilância para garantia de bom serviço dos escravizados), pequenos engenhos (chamados de fábricas), a capela (que emanava a ideia de relação próxima com o divino o que os resguardava dos possíveis ataques dos índios) e as senzalas (local afastado, vigiado pelo senhor do engenho, onde eram aglomerados os escravizados) (Quintas, 2007). Sendo que, ao mesmo tempo, foi criando uma divisão

entre burguesia europeia na qual a parte urbana representava a ideia de desenvolvimento e avanço, enquanto a área rural, para onde eram alocados os escravizados e as plantações da cana-de-açúcar, era classificada enquanto retrocesso e zona em atraso.

Consequentemente, se cristalizou o racismo diretamente nos meios políticos e econômicos, e assim acaba dando papel funcional na produção e reprodução do próprio capitalismo. Por isso, abordar estes aspectos serve como exercício de impulsionamento do intelecto que nos força a pensar sobre a dimensão econômica que partiu das indústrias açucareiras e vendas de humanos do nordeste baiano para a Europa, a criação de uma robusta e grande economia para que, nos tempos atuais, ela seja posta como países de primeiro mundo porque ainda mantém uma política de parasitismo de mão de obra e riquezas ambientais dos países classificados como pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o capitalismo racial, por ser inseparável do racismo, torna-se um sistema que atua nas organizações constitutivas da vida social que organizam o trabalho e a produção no internacional. O 'racial' enfatiza que a raça foi fundamental para o desenvolvimento da economia global e para a formação do sistema-mundo - este dependente da escravidão, aplicada através da violência, expropriação, invasão e genocídio presidindo no desenvolvimento das relações capitalistas de produção na periferia estando ancorado desde sempre no racismo. Este sistema foi responsável por tornar o Atlântico o vetor de tecnologias do sistema internacional moderno, já que promoveu a qualidade especial da sociabilidade internacional, através da ideia de que a escravidão representava o desenvolvimento da modernidade e prática de bem comum para a Europa.

Consequentemente, no sistema capitalista racial, os corpos negros escravizados se tornaram máquinas industriais para suprir a necessidade da geração do capital através das indústrias artesanais de açúcar, junto a outras dinâmicas do empreendimento colonial, para exportação e importação. A formação dessa estrutura econômica evidencia o papel do Nordeste no sistema internacional moderno, desenvolvendo a produção do açúcar em Pernambuco e na Bahia, na cidade de Salvador, que fomentou altos lucros para Inglaterra, Portugal e França. Salvador se tornou centro comercial de importação e exportação do açúcar tendo como base para o funcionamento das industrias artesanais os corpos negros que eram a própria manufatura, para plantio, cultivo e preparo dessa mercadoria, também potencializando a arquitetura naval, a construção de navios e as indústrias para os britânicos nas plantações de açúcar, algodão, o preparo e venda da cana-de-açúcar até seu processamento. O que também acabou po-

CC BY NC SA

sicionando o Brasil como polo comercial para o sistema internacional, que promoveu grandes riquezas para os países europeus.

AGRADECIMENTOS

A autora Erica Paula Vasconcelos agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq pela Bolsa de Apoio à formação de recursos humanos em nível de pós-graduação.

O autor Ramon Blanco agradece o apoio financeiro proporcionado às suas investigações pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UNILA sob os seguintes instrumentos financeiros: PRPPG No 109/2017, PRPPG No 58/2018, PRPPG No 110/2018, PRPPG No 149/2018, PRPPG No 154/2018, PRPPG No 25/2019, PRPPG No 80/2019, PRPPG No 66/2020, PRPPG No 104/2020, PRPPG No 105/2020, PRPPG No 166/2021, PRPPG No 191/2021, PRPPG No 205/2021,PRPPG No 77/2022, PRPPG No 90/2022, PRPPG No 102/2023, PRPPG No 121/2023, PRPPG/IMEA No 16/2023, PRPPG No 118/2024, PRPPG No 05/2025. Além disso, o autor agradece o apoio financeiro recebido pelo Programa de Pesquisa Básica e Aplicada (PBA — Chamadas Públicas 09/2021 e 23/2024) da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná e pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes:* Formação do Brasil no Atlântico Sul no século XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Manuel C. (eds) *A Civilização Açucareira*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2007.

BAHIA. *Políticas Culturais na Bahia 2007 - 2014*. Salvador: Rede de Assessores da SecultBA, 2015.

BUTLER, Judith. *Bodies That Matter:* on the discursive limits of "sex". Nova York: Roudedge, 1993.

BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Tradução: Inês Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

BUTTERY, Neil. *A dark history of sugar.* Yorkshire-Philadelphia: Sword History, 2021.

COX, Oliver. *Race, caste and class.* Nova York: Monthly Review Press, 1948.

COX, Oliver C. *The foundations of capitalism*. London: Peter Owen, 1960.

CORRÊA, Iran Stalliviere. *Astrolábio, o que é e como funciona.* Rio Grande do Sul: Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe, 2023.

CIPOLLA, Carlos. *Guns, Sails, and Empires:* Technological Innovation and the Early Phases of European Expansion, 1400-1700. Nova York: Pantheon Books, 1965.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; HUE, Sheila. *Piratas no Brasil:* as incríveis histórias dos ladrões dos mares que pilharam nosso litoral. São Paulo: Editora Globo, 2014.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de Castro. *A economia colonial brasileira*: (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Rurbanização, que é?*. Recife: Ed. Massangana, 1982.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras.* Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GILMORE, Ruth Wilson. *Golden Gulag:* Prisons, Surplus, Crisis, and Opposition in Globalizing California. Berkeley: University of California Press, 2007.

GUERRA, Flávio. *História de Pernambuco*. Recife: Editora Raiz, 1984.

GOMES, Laurentino. *Escravidão:* Do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro.* Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. (eds) *Planícies Goitacazes, séculos XVIII e XIX*: da escravidão africana atlântica ao campesinato no imediato pós-abolição. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David. *International relations and the problem of difference*. Londres: Routledge, 2004.

JAHN, Beate. *The cultural construction of international relations:* the invention of the state of nature. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2000.

K-SUE, Park. (ed) *Race, Innovation, and Financial Growth*: The Example of Foreclosure. Nova York: Columbia University Press, 2021.

KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África, I:* Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010.

LAVINAS, Lena. *Capitalismo Racial:* introdução. In. Revista Rosa, 2020. Disponível em: https://revistarosa.com/2/capitalismo-racial-intro Acessado em: 20 de abril de 2024

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power*: The place of sugar in modern history. Nova York: Penguin Books, 1922.

QUINTAS, Fátima. (ed) *A Civilização Açucareira.* Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2007.

QUINTAS, Fátima. (ed). *Cana, Engenho e Açúcar.* A civilização do açúcar. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2007.

REDIKER, Marcus. *The Slave Ship:* A Human History. Nova York: Penguin Books, 2008.

ROBINSON, Cedric. J. Capitalismo racial: el carácter no objetivo del desarrollo capitalista. *Tabula Rasa*, n. 28, 2018, p. 23-56.

ROBINSON, Cedric. *Black Marxism. The Making of The Black Radical.* Londres: The University of North Carolina Press, 2000.

ROSA, Carlos Eduardo Valle. (ed) *Geopolítica*: uma apreciação histórica. São Paulo: FFLCH/USP, 2021

SALGADO, Augusto. *O Porto e a Grande Guerra no Mar*. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [S. l.], v. 8, n. 2, 2018.

SHILLIAM, Robbie. *The Atlantic as a Vector of Uneven and Combined Development*. Cambridge Review of International Affairs, Cambridge, v. 22, n. 1, 2009.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

SPILLERS, Hortense J. *Mama's Baby, Papa's Maybe:* An American Grammar Book. Diacritics, Baltimore.17 (2):64 (1987).

SLAVEVOYAGES. *Trans Atlantic Slave Trade Estimates*. Disponível em: https://www.slavevoyages.org/voyage/database . Acessado em: 20 de abril de 2024.

SEMERARO, Giovanni. *Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade*. Campinas: Cedes, 2006.

TÁÍWÒ, Olúfémi O; BRIGHT, Liam Kofi. A Response to Michael Walzer. *Dissent*, 2020. Disponível em: https://www.dissentmagazine.org/online_articles/a-response-to-michael-walzer/, Acessado em: 20 de abril de 2024

VASCONCELOS, Erica Paula. *Dos navios negreiros ao desembarque em Salvador-BA: o papel da cidade na formação do sistema internacional moderno*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, Universidade da Integração Latino-Americana, 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel. (ed) *A análise dos sistemas-mundo como movimento do saber*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012

WALZER, Michael. Uma nota sobre o capitalismo racial. Tradução: Marcelo Coelho. *Revista Rosa*, 2020. Disponível em: https://revistarosa.com/2/uma-nota-sobre-o-capitalismo-racial Acessado em: 20 de abril de 2024

WILCOX, Lauren. "Bodies and embodiment in IR". Londres: Routledge. In. Jenny Edkins (Org). *Routledge Handbook of Critical International Relations*. London: Routledge, 2019 p.201-215.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.